



2

LUIZ C. BRESSER PEREIRA*

**A ECONOMIA DO SUBDESENVOLVIMENTO
INDUSTRIALIZADO**

* O autor é professor pleno da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.



Este trabalho representa uma tentativa de generalizar e formalizar o modelo de industrialização que vem ocorrendo atualmente em muitos países latino-americanos e especialmente no Brasil. Durante os anos trinta e quarenta ocorreu nesses países um rápido processo de industrialização através da substituição de importações, ao mesmo tempo em que o capitalismo internacional atravessava as crises sucessivas da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. A partir dos anos cinquenta, porém, com a recuperação do capitalismo central, que se manifesta através dos investimentos das empresas multinacionais no setor industrial dos países periféricos, e com o desenvolvimento nesses países de estados nacionais tecnoburocráticos, define-se um novo modelo de desenvolvimento. Este novo modelo industrializa os países, mas não resolve seus problemas principais. Aumenta o grau de dependência, concentra a renda, marginaliza radicalmente grande parte da população, desenvolve a indústria de bens de consumo prioritariamente à indústria de bens de capital, justifica o controle autoritário da sociedade por uma tecnoburocracia desenvolvimentista, disposta a tudo justificar ou sacrificar em função do aumento da eficiência e da renda total. E assim nos conduz ou nos mantém em uma situação que Celso Furtado chamou "subdesenvolvimento industrializado" (1972, p. 14), para contrastá-lo com o antigo subdesenvolvimento primário-exportador.¹

As condicionantes fundamentais desse modelo de industrialização, que conduz a um subdesenvolvimento industrializado, são: 1) seu caráter capitalista; 2) a dependência tecnológica e econômica via empresas multinacionais;

3) a participação no poder e na apropriação do excedente, principalmente através do consumo de bens de luxo, de um amplo setor tecnoburocrático; 4) a marginalização de grande parte da população, facilitada pela existência de oferta ilimitada de mão-de-obra; 5) a existência de um setor produtivo capitalista "tradicional" e outro "moderno", que mantêm relações de dependência entre si. Poderíamos, assim, denominar esse processo histórico-econômico Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado Tecnoburocrático-Capitalista.²

Este modelo corresponde a uma formação social em que o modo de produção capitalista é dominante. A presença de modos de produção tradicionais ou pré-capitalistas, ao contrário do que pretenderia a teoria de modernização, tão em voga nos países desenvolvidos, é inexpressiva. Dentro do modo de produção capitalista, porém, podemos distinguir um setor capitalista dependente, onde ainda se notam algumas manifestações pré-capitalistas, e um setor capitalista moderno dominante, o qual se justapõe e está interpenetrado por elementos do modo de produção tecnoburocrático em emergência. É importante ainda salientar que esta formação social predominantemente capitalista mantém relação de dependência global com os países

capitalistas maduros. Trata-se, portanto, de uma formação social dependente tecnoburocrático-capitalista.

Não cabe aqui discutir o problema da emergência do modo de produção tecnoburocrático nas formações sociais predominantemente capitalistas. Entendemos por modo de produção tecnoburocrático o sistema econômico em que a produção e a distribuição são dominadas por um grande estado moderno, que planeja e coordena a atividade econômica, e por grandes empresas burocráticas, que se encarregam da produção. Neste modo de produção, em seu estado puro, à semelhança do modo asiático de produção,³ uma classe-estado, os tecnoburocratas civis e militares, assume o poder e se apropria do excedente produzido pela sociedade. Diferentemente do modo de produção asiático, porém, os tecnoburocratas não legitimam seu poder com base na tradição e sim em uma suposta competência técnica ou organizacional; e não se apropriam de todo o excedente, uma vez que o poder de barganha dos trabalhadores lhes garante certa participação nesse excedente. A apropriação privada do excedente não se realiza via lucros, como no sistema capitalista, mas através do recebimento de ordenados crescentes. Não existe propriedade privada dos meios de produção. A existência de uma camada social dominante, que se apropria de grande parte do excedente e controla de forma autoritária o sistema político, impede, todavia, que este modo de produção possa ser confundido com o socialismo.⁴

Podemos analisar uma formação social sob diversos aspectos. A análise desta formação social especial sob seu aspecto econômico dinâmico será o objeto deste trabalho. Procuraremos formalizar em termos simples as relações macroeconômicas que se estabelecem entre os diversos setores produtivos e os diversos agentes econômicos que controlam os fatores de produção. Tratando-se de um modelo de desenvolvimento, procuraremos não apenas captar estas relações em seu aspecto estático, mas também dinâmico, através da análise das tendências que o modelo apresenta.⁵

DUALISMO HISTÓRICO-ESTRUTURAL

O modelo de desenvolvimento com marginalização ou de subdesenvolvimento industrializado tem como característica básica, no plano interno, a existência de dois setores estruturais de produção: o Setor Moderno, *M*, e o Setor Tradicional ou Dependente, *D*. O Setor Moderno é aquele que está integrado no processo de desenvolvimento capitalista-tecnoburocrático; o Setor Tradicional ou Marginal é aquele que fica excluído dos processos de desenvolvimento tecnológico e de rápido aumento da produtividade que caracterizam o modelo. As expressões "tradicional" ou "marginal" e "mo-

dermo" podem, todavia, levar a certas confusões. Devemos, portanto, tentar definir com mais clareza os dois setores.

O Setor Tradicional não deve ser confundido com o setor pré-capitalista. Neste modelo entendemos que as formas pré-capitalistas de produção, ainda que possam subsistir no seio da sociedade, já não são suficientemente significativas para merecerem especial atenção. O desenvolvimento não pode ser definido como um processo de modernização, através do qual a sociedade pré-capitalista, dominada pelo subemprego e pela marginalidade, fosse sendo paulatinamente substituída por uma sociedade capitalista e moderna. Esse tipo de interpretação não faz sentido desde que o modo de produção capitalista é dominante. O Setor Tradicional, na forma em que está sendo definido, é tão capitalista quanto o Moderno.

O Setor Tradicional é constituído basicamente pelo setor agrícola, pelas pequenas e médias indústrias produtoras de bens de consumo básico (bens de salário), pelo pequeno e médio comércio, pelas pessoas ou pequenas firmas dedicadas aos serviços e à construção civil em pequena escala; pelo artesanato, por certas áreas do serviço público, especialmente no nível municipal e no nível estadual dos estados pobres, e finalmente pelos trabalhadores autônomos subempregados ou desempregados que constituem as populações marginais das grandes cidades brasileiras.

Esta divisão da sociedade em setor moderno e tradicional não se confunde, portanto, com a divisão entre um setor capitalista dependente e um setor marginal. Da mesma forma que não se está falando de um dualismo entre sociedade pré-capitalista e sociedade capitalista, também não se trata de outro tipo de dualismo entre empregados e subempregados, entre ricos ou remediados e pobres, entre setor produtivo capitalista capaz de produzir um excedente e setor improdutivo, ou seja, incapaz de produzir acima do nível de subsistência. A marginalidade está incluída no setor tradicional, mas não o esgota.⁶

Na verdade, esta divisão da economia em um setor moderno e em outro tradicional só tem sentido dentro de uma perspectiva histórico-estrutural. Segundo essa perspectiva os dois setores correspondem a duas fases do desenvolvimento capitalista dos países subdesenvolvidos. Uma primeira fase que inclui o modelo primário-exportador e o modelo de substituição de importações corresponde à instalação do Setor Tradicional. A segunda fase — que se inicia durante os anos cinquenta, quando o modelo de substituição de importações ou se esgotava ou ganhava características novas, à medida que as empresas multinacionais passavam a investir diretamente no setor industrial dos países subdesenvolvidos e a liderar seu processo de industrialização, através do monopólio da tecnologia moderna e da fabricação de produtos de consumo de luxo que só uma minoria poderia consumir — corresponde ao estágio atual da industrialização subdesenvolvida. Esta segun-

da fase, em que se procura reproduzir nos países subdesenvolvidos, através da concentração de renda da classe média para cima, os padrões de consumo sofisticados da metrópole, corresponde à fase final do modelo de substituição de importações e ao surgimento do modelo de subdesenvolvimento industrializado. Neste período instala-se o Setor Moderno, *M*, da economia.

O Setor Tradicional ou dependente é o setor produtivo capitalista instalado no país durante a vigência do "velho" imperialismo via comércio internacional. Corresponde, portanto, aos setores econômicos que iniciaram suas atividades durante o período do modelo primário-exportador e, em seguida, durante a primeira fase do modelo de industrialização por substituição de importações. O imperialismo via comércio internacional, fruto da Revolução Industrial e da divisão internacional do trabalho, é dominante durante o Século XIX e a primeira metade do Século XX: traduz-se em um sistema de dependência dos países primário-exportadores com relação aos países industriais através do comércio internacional. As trocas internacionais servem de instrumento através do qual os países metropolitanos se apropriam de uma parte considerável do excedente produzido nos países periféricos. A crise deste sistema, a partir da grande depressão dos anos trinta, corresponde a um grande impulso à industrialização dos países subdesenvolvidos. A crise do comércio internacional impõe aos países periféricos um tipo de desenvolvimento industrial voltado para dentro, baseado na substituição de importações. Durante os anos trinta e quarenta substitui-se a importação dos bens de consumo básicos, que anteriormente eram importados. Na pauta de importações dos países latino-americanos, os bens de consumo são substituídos por bens de capital e bens intermediários.

A industrialização que então ocorre é realizada basicamente com capitais nacionais, a partir de pequenas empresas, que reinvestem seus lucros. A tecnologia é simples e trabalho-intensiva, as economias de escala são pequenas, permitindo a instalação rentável de empresas de tamanho relativamente reduzido. Uma série de setores industriais orientados para a produção de bens leves de consumo — muitos dos quais já existiam antes dos anos trinta, como é o caso da indústria têxtil, da indústria de alimentação, da indústria de confecções, da indústria do couro, da indústria de móveis, da indústria metalúrgica e cerâmica para fabricação de utensílios domésticos — terminam de ser instalados durante os anos trinta e quarenta.

O modelo de substituição de importações, portanto, embora se distinga do modelo primário-exportador, porque é voltado para dentro e não para fora, e embora esteja baseado na produção industrial para o mercado externo, e não na produção agrícola para o mercado externo, é na verdade uma continuação do mesmo. Durante todo o período instala-se nos países subdesenvolvidos um sistema capitalista agrícola e industrial tecnologicamente pouco desenvolvido, constituído de um grande número de médias e

pequenas empresas trabalhando em regime concorrencial. Este sistema capitalista dependente corresponde ao nosso Setor Tradicional ou dependente, D.

Os anos trinta e quarenta marcam a crise do imperialismo via comércio internacional. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, e especialmente a partir dos anos cinquenta, quando os países capitalistas metropolitanos já se haviam refeito plenamente da crise, podemos observar o início de um novo tipo de imperialismo através do surgimento das empresas multinacionais. Ao invés de limitar-se ao comércio e à organização da produção de bens primários nos países periféricos, os países metropolitanos passam a internacionalizar a produção industrial, através da instalação de filiais industriais. Estas novas empresas, utilizando uma tecnologia de processo capital-intensiva e produzindo principalmente bens de consumo de luxo, visam aproveitar os mercados já existentes nos países periféricos.

As filiais das grandes empresas multinacionais irão constituir-se no núcleo privado, que estamos chamando Setor Moderno, *M*. Ao seu lado, surge grande número de empresas nacionais, não apenas na área industrial, mas também no setor comercial dos serviços, que complementam a parte privada do setor moderno. Em termos de indústria, o melhor exemplo é o da indústria de autopeças, cuja dependência das empresas multinacionais montadoras de automóveis é evidente. Mas em diversos outros ramos industriais surgem empresas nacionais modernas. No setor comercial, os revendedores de automóveis ou as redes de supermercados são os casos mais evidentes da adoção de práticas capitalistas "modernas". No setor dos serviços, as agências de publicidade, as empresas de pesquisa de mercado, de planejamento econômico e industrial e de assessoria técnica e administrativa, de um lado, e os serviços pessoais de luxo, de outro (diversões, restaurantes, cabeleireiros etc), exemplificam a presença de pequenas empresas nacionais no setor moderno. A relação de dependência entre essas empresas comerciais e de serviço e o núcleo produtivo controlado principalmente pelas empresas multinacionais e pelas empresas públicas ocorre através do surgimento de uma nova classe média receptora de ordenados, que passa a demandar esses serviços.⁷

Ao mesmo tempo em que as empresas multinacionais entram nos países periféricos, organizando-se em forma de grandes empresas burocráticas modernas e constituindo-se no núcleo privado do Setor Moderno, observa-se um grande desenvolvimento dos estados nacionais e das empresas públicas. A ideologia populista que caracteriza os países periféricos no pós-guerra, principalmente na América Latina, não se limita à tentativa de formular um pacto social entre os capitalistas industriais e o proletariado urbano. Além disso, ela se caracteriza pelo industrialismo desenvolvimentista e pelo intervencionismo estatal moderado.⁸ Estas ideologias vão constituir-se nos elementos legitimadores de um grande aumento das funções do

Estado e do poder das tecnoburocracias civis e militares que o controlam diretamente.

O Estado passa então por um profundo processo de aumento de poder e de modernização. Suas funções se ampliam não apenas (a) para as áreas de serviço típicas dos governos modernos como a educação, a saúde, a previdência social, mas também (b) para a atividade de planejamento e coordenação econômica, através de novos órgãos de planejamento e controle que são criados em todos os níveis governamentais e (c) para os setores diretamente produtivos e financeiros. Nestas últimas áreas a intervenção do Estado ocorre, seja desenvolvendo o sistema financeiro estatal, que irá responsabilizar-se por grande parte do financiamento a longo prazo das empresas e pelo financiamento da produção agrícola, seja criando empresas públicas de serviços nas áreas da comunicação e do transporte, seja criando empresas industriais, na área do petróleo, da petroquímica, do aço, da energia elétrica. Como resultado desta ampliação do setor público, tende ele a controlar mais de 25% do produto interno bruto, e mais de 50% do investimento anual do país.

O setor moderno da economia é assim constituído de um núcleo formado de um lado pelas empresas multinacionais e de outro pelo novo setor público moderno, que aos poucos vai substituindo o Estado tradicional, correspondente ao modelo primário-exportador. O Estado tradicional tinha suas funções limitadas à defesa dos interesses da oligarquia capitalista agrário-comercial, que dominava o país em aliança com o imperialismo, e à criação de empregos para uma pequena classe média parasitária dependente da classe dominante. O novo Estado nacional, à medida que marca a emergência de uma tecnoburocracia modernizante, ganha relativa autonomia⁹ com relação ao capitalismo nacional e internacional, e assume amplas funções não apenas de serviço, mas também de planejamento e coordenação da economia, e de direta intervenção na atividade produtiva.

Definimos os setores tradicional e moderno de nosso modelo em termos histórico-estruturais. O Setor Tradicional é predominantemente capitalista com alguns restos de relações de produção pré-capitalistas; o Setor Moderno é também predominantemente capitalista, mas contém elementos de relações de produção tecnoburocráticas em emergência. O Setor Tradicional é tecnologicamente pouco sofisticado, trabalho-intensivo, dominado por pequenas e médias empresas agrícolas, comerciais e industriais. As empresas são nacionais, e o mercado é basicamente competitivo. A instalação do Setor Tradicional corresponde ao "velho" imperialismo via comércio internacional, à vigência do modelo primário-exportador e ao modelo de transição baseado na industrialização por substituição de importações de bens de consumo, que prevalece até o fim dos anos quarenta. O Setor Tradicional produz bens de consumo básicos, e não conta em seus quadros com uma

classe média tecnoburocrática. A classe média nele existente é a classe média tradicional, constituída principalmente de pequenos e médios proprietários e de profissionais liberais autônomos.

A classe média tecnoburocrática que recebe ordenados encontra-se no setor moderno, que é tecnologicamente sofisticado, capital-intensivo, dominado por grandes empresas burocráticas estrangeiras e nacionais, públicas e privadas. Produz bens de consumo de luxo, bens de capital e bens intermediários. Corresponde historicamente ao "novo" imperialismo,¹⁰ via dependência tecnológica, à intervenção das empresas multinacionais, que começa a se tornar dominante nas relações econômicas entre centro e periferia do sistema capitalista mundial a partir dos anos cinquenta, e à emergência de tecnoburocracias ao nível dos estados nacionais.

Segundo esta concepção, devemos portanto falar em capitalismo tradicional e em capitalismo moderno. Esta perspectiva pode parecer estranha para quem imaginar que todo o capitalismo é "moderno" relativamente às relações de produção pré-capitalista. Entretanto, é óbvio que o termo moderno assim como o tradicional são relativos. O capitalismo baseado na pequena empresa, na concorrência de preços, na figura do empresário schumpeteriano, na utilização de tecnologias relativamente simples, trabalho-intensivas e dotadas de pequenas economias de escala pode ser adequadamente chamado "tradicional", quando comparado com o capitalismo "moderno", baseado em grandes empresas burocráticas, em organização oligopolística do mercado, no controle crescente de administradores profissionais, no emprego de tecnologias modernas e na formação de grandes, conglomerados, financeiros, não apenas para aproveitar as economias de escala mas simplesmente para aumentar o grau de planejamento e coordenação do sistema produtivo capitalista em seu contínuo e essencial processo de acumulação de capital.

Não devemos, portanto, simplesmente opor um capitalista tradicional agrário a um capitalismo industrial moderno. Dentro do capitalismo industrial, todo o período de industrialização até os anos cinquenta corresponde fundamentalmente à instalação de um tipo de capitalismo tradicional.¹¹

Esta distinção histórico-estrutural entre um setor moderno e um setor tradicional nos países subdesenvolvidos e particularmente na América Latina corresponde, aproximadamente, à divisão da economia em cinco setores realizada por Celso Furtado (1966, cap. III) em seu trabalho clássico sobre o subdesenvolvimento e a estagnação da América Latina.¹² Os primeiros quatro setores, P_1 (economia de subsistência), P_2 (economia de exportação), P_3 (economia produtora de bens de capital para P_2 via apropriação direta do excedente de trabalho) e P_4 (fase inicial da industrialização), correspondem ao Setor Tradicional, enquanto o setor P_5 , caracterizado pela substituição dos bens intermediários, dos bens de consumo durável e dos bens de capital, cuja tecnologia é sofisticada e o coeficiente de capital elevado, corresponde

neste trabalho ao Setor Moderno. A mesma correspondência se encontra, ainda que de forma menos precisa, no conceito de "heterogeneidade estrutural" de Aníbal Pinto (1970). Distingue ele três setores nas economias latino-americanas: primitivo, intermediário e moderno. Este último setor inclui o complexo exportador e a primeira fase do processo de substituição de importações, que já trabalham com níveis de produtividade substancialmente superiores ao da média do sistema. Entretanto, esta diferenciação ou descontinuidade que o Setor Moderno apresenta em relação aos demais setores, segundo Aníbal Pinto, "toma corpo definido, nos países precursores da 'segunda etapa' do processo (de substituição de importações), quando esses países entram no campo dos bens intermediários e dos bens de consumo durável 'pesados', baseados em tecnologias modernas e de maior intensidade de capital" (1970, pp. 84 e 85). Esta "segunda etapa", que tem início durante os anos cinquenta, corresponde ao nosso Setor Moderno.¹³ O mesmo esquema teórico aparece no trabalho fundamental de Maria Conceição Tavares e José Serra sobre o novo modelo brasileiro de desenvolvimento, *Além da Estagnação* (1971).

Para concluir esta análise histórico-estrutural dos dois setores que se dividiriam nas economias subdesenvolvidas atuais é preciso apenas observar que certas indústrias "tradicionais", assim como certas atividades agrícolas, que em nosso modelo são todas consideradas como pertencentes ao Setor Tradicional, vêm-se, não obstante, modernizando. Na indústria isto é especialmente válido para certas empresas têxteis e de alimentação, que, embora instaladas na primeira fase da industrialização, modernizaram-se amplamente. Neste caso, elas devem ser incluídas no Setor Moderno, tecnologicamente avançado, ainda que tenham sido instaladas há bastante tempo. Da mesma forma, certas atividades exportadoras primárias, devido aos elevados índices de produtividade que apresentam, devem ser consideradas modernas. Não obstante, nos pressupostos simplificadores que apresentaremos adiante, estas exceções não serão explicitamente consideradas, em nome da simplicidade que o modelo deve ter.

Em conclusão, dividimos o setor produtivo de nosso modelo em um Setor Moderno e um Tradicional. Podemos, portanto, escrever:

$$P = M + D$$

em que

P = produto interno líquido

M = produto do Setor Moderno

D = produção do Setor Tradicional

A ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA

Além de uma distinção histórico-estrutural entre um Setor Moderno e um Setor Tradicional, adotamos uma classificação sócio-econômica dos agentes econômicos baseada nas relações de produção existentes no sistema e, portanto, no tipo de renda auferido. Ao invés de adotarmos uma distinção dual, entre capitalistas e trabalhadores, que é usada implícita ou explicitamente não apenas pela economia marxista, mas também pela economia neoclássica, adotamos uma classificação tripartite: capitalistas que auferem lucros, *R*, tecnoburocratas em sentido amplo que recebem ordenados, *O*, e trabalhadores que recebem salários, *W*.

A adoção de uma classificação qualquer depende do momento histórico em que nos situamos. Ricardo adotou uma classificação tripartite, entre senhores de terra, capitalistas e trabalhadores, porque em sua época os senhores de terra ainda eram suficientemente significativos para serem distinguidos dos capitalistas. Além disso, a renda que recebiam, o aluguel ou rendimento, obedece a leis diversas das que governam os lucros dos capitalistas. Embora sem negar este fato, tanto Marx quanto os economistas ortodoxos neoclássicos ignoraram os senhores de terra em seus modelos simplificados. O rendimento já não era para eles significativo, à medida que capitalistas e senhores de terra haviam-se confundido social e economicamente e que os últimos haviam perdido importância estratégica dentro da formação social vigente. Os rendimentos foram assim incorporados aos lucros, a título de simplificação.¹⁴

Com o desenvolvimento do capitalismo, porém, tivemos o conhecido processo de crescimento e burocratização das empresas e do Estado. Para administrar estas organizações burocráticas, ou para assessorá-las e desenvolvê-las tecnologicamente, surgiu uma nova classe média que recebe ordenados. Enquanto a antiga classe média era constituída basicamente de pequenos proprietários (capitalistas, portanto), ou de trabalhadores autônomos (profissionais liberais, principalmente), a nova classe média é constituída de administradores burocráticos, funcionários e técnicos dos mais variados tipos, que recebem ordenados. A importância estratégica desta camada social¹⁵ é crescente nos sistemas econômicos contemporâneos, exigindo que a teoria econômica os distinga dos trabalhadores. Além disso, sua remuneração é pautada por leis diversas das que regem os salários dos trabalhadores engajados diretamente na produção.

A teoria econômica moderna ainda não reconheceu esta distinção. Exceção notável a esta regra está nos trabalhos pioneiros e fundamentais para a compreensão da economia moderna de Kalecki (1968 e 1971). Nestes trabalhos, escritos em sua maioria durante os anos trinta, o grande econo-

mista, cuja obra teórica antecede em grande parte a macroeconomia keynesiana, distingue em diversos momentos salários de ordenados, a fim de poder desenvolver sua análise do sistema capitalista.

E, de fato, esta distinção é essencial. O total de salários constitui-se em um custo variável dentro do sistema, que aumenta ou diminui de acordo com as variações cíclicas da produção. Já os ordenados constituem-se em um custo relativamente fixo. A taxa de salários é determinada a longo prazo pelo custo de produção da mão-de-obra e a curto prazo pelas variações na demanda e na oferta de trabalhadores. Já a taxa de ordenados ou ordenado médio é determinada a longo prazo pelo processo de estratificação hierárquica implantado nas organizações burocráticas e pelo poder de barganha crescente que os tecnoburocratas tendem a ganhar dentro das mesmas.

A procura de tecnoburocratas não está diretamente relacionada com as necessidades da produção. Ao contrário do que acontece com os operários, nunca é possível determinar qual o número de tecnoburocratas e necessário para certo nível de produção. Desta forma, e por motivos ideológicos óbvios, a demanda pode ser sempre considerada "grande" em relação a uma oferta de tecnoburocratas sempre também considerada "pequena". Legitimam-se assim, em um nível em que o econômico e o ideológico se confundem, os ordenados crescentes dos tecnoburocratas permanentemente "escassos", que assim se apropriam de uma parte do excedente econômico.

O poder e a participação crescente na renda dos tecnoburocratas derivam do fato de dominarem um fator estratégico de produção: o conhecimento técnico e organizacional.¹⁶ À medida que este fator de produção se torna fundamental nas sociedades industriais modernas, dominadas por grandes organizações burocráticas, que manipulam uma tecnologia de produção altamente sofisticada, o poder de barganha dos tecnoburocratas aumenta. Este poder crescente é legitimado através do desenvolvimento de uma ideologia tecnoburocrática, que facilita também sua participação crescente no excedente econômico.

À medida que os ordenados são um tipo de remuneração ao trabalho, eles podem ser considerados conjuntamente com os salários. À medida que eles participam do excedente econômico, eles devem ser considerados conjuntamente com os lucros. Aceita a hipótese de que os trabalhadores recebem apenas o equivalente ao custo da produção da mão-de-obra, o excedente é igual ao lucro mais os ordenados, menos o consumo necessário de capitalistas e tecnoburocratas. À medida, finalmente, que os ordenados remuneram o conhecimento técnico e organizacional, eles devem ser considerados isoladamente de salários e lucros.

Podemos, assim, em nosso modelo distinguir três tipos de remuneração — lucros, ordenados e salários —, correspondentes aos três agentes econômicos básicos — capitalistas, tecnoburocratas e trabalhadores. Em

termos de remuneração dos fatores, a renda pode, portanto, ser assim definida:

$$Y = W + O + R$$

em que

Y = renda interna líquida

W = total dos salários

O = total dos ordenados

R = total dos lucros

Já examinamos o produto ou a oferta global da economia sob um aspecto histórico-estrutural, quando distinguimos o Setor Moderno, M , do Setor Tradicional, D . Devemos agora fazer uma segunda distinção, quanto aos tipos de produtos produzidos. Não adotaremos uma classificação funcional, do tipo produto primário, secundário e terciário ou simplesmente de produtos industriais e não-industriais. Para os objetivos desta análise, necessitamos de outra classificação que leve em consideração o tipo de demanda que os bens vão ter. Com base nesse critério, dividimos a economia em três departamentos produtivos:

- departamento J , produtor de bens de capital;
- departamento V , produtor de bens de consumo de luxo ou bens de consumo dos tecnoburocratas e dos capitalistas;
- departamento B , produtor de bens de consumo básicos ou bens de consumo dos trabalhadores.

Esta classificação é também usada por Kalecki (1968, p. 45 a 52) e constitui uma ampliação da classificação de Marx, com a inclusão do departamento V . Convém apenas observar que Kalecki não se refere aos ordenados, quando define o departamento V (1968, p. 45). É óbvio, todavia, que os bens de luxo são consumidos não apenas pelos capitalistas, desde a pequena burguesia até os muito ricos, mas também pela classe média que recebe ordenados, ou seja, pelos tecnoburocratas.

Os bens de capital, J , compreendem todos os bens utilizados na produção de outros bens. Incluem, portanto, equipamentos e construções industriais, comerciais e públicas, cujo fluxo se define através da taxa de depreciação. Os bens de luxo, V , são os bens consumidos pelos tecnoburocratas e capitalistas. Incluem os automóveis, os aparelhos de alta-fidelidade, as geladeiras, os aparelhos de televisão a cor, eletroportáteis sofisticados e produtos mais caros e sofisticados das demais indústrias, inclusive da indústria de alimentação e da indústria têxtil. Incluem-se também entre os bens de luxo as residências finas e os serviços de luxo em hotéis, restaurantes, clubes.

Os bens básicos, B , finalmente, compreendem todos os bens de consumo necessários à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores. Esta classificação diz respeito apenas aos bens finais. Os bens intermediários entram na composição dos três tipos de bens finais. Para efeito de nossa análise, todavia, consideraremos os bens intermediários básicos, como aço, petróleo, produtos petroquímicos e energia elétrica, como pertencentes aos departamentos J . Como as máquinas, as matérias-primas destinam-se à produção de outros bens. Apenas as matérias-primas agrícolas são consideradas no departamento B .

Temos, portanto, que a renda, Y , pode também ser assim expressa em termos de produto:

$$Y=J+V+B$$

Existem, evidentemente, áreas cinzentas entre os setores. Especialmente entre os setores Fe 5, as áreas imprecisas são grandes. É comum considerarmos os bens eletrodomésticos como pertencentes ao departamento V . No entanto, certos eletrodomésticos, como o televisor branco e preto e mesmo a geladeira, vão ficando cada vez mais populares. Em contrapartida, as indústrias tipicamente produtoras de bens básicos, como a indústria têxtil e a da alimentação, produzem também bens de luxo, especialmente quando controladas por capitais estrangeiros.

A esta classificação do produto ou da oferta agregada por departamentos corresponde uma classificação da despesa ou demanda agregada.¹⁷ A despesa, Y , que contabilmente se equaliza com o produto e com a renda, pode portanto ser expressa em termos de investimento e de consumo de bens de luxo e de bens básicos:

$$Y = I + C_V + C_B$$

em que

I = investimento líquido

C_V = consumo de bens de luxo

C_B = consumo de bens básicos

OS PRESSUPOSTOS SIMPLIFICADORES

Estamos agora no momento de apresentar os pressupostos simplificados de nosso modelo. Estes pressupostos irão permitir-nos a construção de uma matriz simples, em que as relações de oferta e procura entre os

diversos setores e departamentos produtivos e os diversos agentes econômicos se tornem transparentes.

1. Nosso modelo será aberto, incluindo o comércio exterior. Apenas em uma primeira abordagem o manteremos fechado, a título de simplificação, mas logo em seguida procederemos à abertura do modelo, já que a mesma é essencial para a sua compreensão total. Especialmente à medida que se trata de um modelo de desenvolvimento dependente, não faz o menor sentido abstrairmos o setor externo. Ainda que a dependência não se realize primordialmente através do comércio internacional, mas através da dependência tecnológica controlada pelas empresas multinacionais, esta dependência tecnológica acaba tendo profundos reflexos na balança de pagamentos, e os deficits resultantes deverão de uma forma ou de outra ter de acabar sendo cobertos por saldos na balança comercial. Definiremos mais adiante três pressupostos específicos relativos ao comércio internacional.
2. A despesa do governo divide-se em consumo de bens e serviços básicos, consumo de bens de luxo e investimentos. O consumo do governo é o chamado "consumo social". Existe um pressuposto de que esta distribuição dos serviços do Estado tende a ser igualitária, mas isto nem sempre é necessariamente verdade. Quando o Estado privilegia a educação superior em detrimento da educação primária, ou quando dá prioridade à construção de grandes rodovias destinadas ao turismo em prejuízo dos gastos com saneamento, essa distribuição evidentemente não está sendo igualitária. A distribuição dos serviços do governo entre os diversos agentes econômicos depende de seu poder de barganha. A tendência geral, em nosso modelo, é a de dar à classe tecnoburocrática o maior quinhão relativo da despesa de consumo do governo. Não obstante, o consumo social, realizado através do governo, tende a ser menos suntuário e discriminatório do que o consumo privado.
3. Os coeficientes técnicos são fixos uma vez realizados os investimentos. Isto significa que no curto prazo, dado determinado estoque de capital, não há substitutibilidade de fatores entre capital e trabalho. A relação capital-trabalho, K/L , é relativamente fixa no curto prazo, embora a longo prazo, à medida que aumenta o estoque de capital, esta relação tende a aumentar. Isto significa que, quando analisarmos o modelo em termos dinâmicos, utilizaremos a função de produção de Harrod (1939), em que a relação capital-trabalho, K/L , implícita no modelo, e a relação capital-produto, K/Y , são fixas no curto prazo.

No longo prazo, conforme demonstramos em outro trabalho, pode-se admitir a substitutibilidade de trabalho por capital (Bresser Pereira, 1973, *a*, sem modificação nos pressupostos de Harrod. Nestes termos, K/L tenderá a crescer. O progresso técnico, todavia, será considerado

neutro, nos termos definidos por Harrod (1966, p. 22 a 27). Isto significa que através do tempo a relação capital-produto, K/Y , permanecerá constante, não obstante o aumento da produtividade do trabalho, causada pelo desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, as taxas de crescimento da renda Y/Y e do estoque de capital $\Delta K/K$ tenderão a ser aproximadamente iguais. Estes pressupostos do modelo de Harrod, à medida que concedem grande ênfase à acumulação de capital, que dão a devida importância ao progresso técnico, mas não o tornam independente da acumulação, e à medida que não garantem equilíbrio automático da economia, como o fazem os modelos neoclássicos de crescimento, parecem razoavelmente realistas para nos ajudar a explicar não apenas o desenvolvimento das economias capitalistas centrais, mas também o das economias periféricas e dependentes que já alcançaram certo estágio de desenvolvimento, como é o caso do modelo que estamos examinando.

4. Os preços são considerados constantes. Isto significa que não levaremos em consideração nem a inflação, nem as modificações nos preços relativos. A introdução de preços variáveis, todavia, poderá ser realizada a qualquer momento no modelo, seja para garantir o equilíbrio a curto prazo entre a oferta e a procura de determinado bem ou serviço, seja para facilitar a apropriação do excedente econômico pelas classes sociais dominantes, através da inflação.
5. Os trabalhadores não poupam, pertençam eles ao Setor Moderno ou ao Tradicional. Existe um diferencial de salário entre os trabalhadores dos dois setores, mas esse diferencial favorável ao Setor Moderno traduz apenas o custo mais elevado de reprodução da mão-de-obra nesse setor.
6. Pressuposto complementar é o de que os trabalhadores vivem ao nível de subsistência. Observe-se que a hipótese de que os salários são constantes ao nível de subsistência constitui uma simplificação. Os salários são, na verdade, determinados pelo custo da reprodução da mão-de-obra, que é historicamente crescente. Deve-se observar que o aumento da taxa de salários devido a este motivo é perfeitamente compatível com o modelo, dada a oferta ilimitada de mão-de-obra existente na economia subdesenvolvida. Esta oferta ilimitada de mão-de-obra não depende da formação de um exército industrial de reserva de desempregados. Pressupõe-se a existência de um número suficiente de subempregados, de desempregados disfarçados e de marginais urbanos dos mais variados tipos, que podem ser recrutados para a força de trabalho diretamente produtiva a qualquer momento, com um pequeno esforço de adaptação.

Em função dos pressupostos 5 e 6, podemos afirmar:

- (1) que a taxa de salários, $w = W/L$, é constante ao nível de subsistência, \bar{w} .¹⁸

$$\frac{W}{L} = \bar{w};$$

- (2) que os trabalhadores consomem apenas bens básicos; e
 (3) que esgotam toda a sua renda na compra desses bens. Nestes termos, o total dos salários é igual ao consumo de bens básicos pelos trabalhadores:

$$W = C_{BW}$$

7. Não existem tecnoburocratas no Setor Tradicional. A classe média do Setor Tradicional é constituída pelos pequenos e médios capitalistas urbanos e rurais. Em outras palavras, pela pequena burguesia e pelos camponeses proprietários de terras de boa qualidade. Como no Setor Tradicional não existem organizações burocráticas os tecnoburocratas estão também dele excluídos.
8. Os tecnoburocratas do Setor Moderno consomem bens básicos e poupam bens de luxo. Dado determinado nível de população, consideraremos seu consumo de bens básicos uma constante, O' . A propensão a consumir bens de luxo dos tecnoburocratas do total do excedente que recebem ($O - O'$) será designada por a . A propensão a poupar dos tecnoburocratas a partir do excedente de que se apropriam será $(1 - a)$. Temos, portanto, que:

$$O = O' + a(O - O') + (1 - a)(O - O')$$

em que

$O' = C_{BOM}$ (consumo dos bens básicos pelos tecnoburocratas do Setor Moderno)

$a(O - O') = C_{vom}$ (consumo de bens de luxo pelos tecnoburocratas do Setor Moderno)

$(1 - a)(O - O') = I_{om}$ (Investimento ou poupança realizados pelos tecnoburocratas do Setor Moderno)

Em relação a I_{OM} , deve-se assinalar que em princípio os tecnoburocratas não investem diretamente. Eles poupam, sendo sua poupança investida pelos capitalistas ativos ou, mais impessoalmente, pelas empresas. Suas poupanças são canalizadas pelo sistema financeiro.

A hipótese deste modelo é a de que a propensão a poupar dos tecnoburocratas é reduzida e tende a permanecer estável por longo tempo, ainda que estejam crescendo fortemente os ordenados. Os tecnoburocratas tendem a imitar os padrões de consumo dos capitalistas. Além disso, toda a ideologia dominante está baseada no consumismo, ou seja, na valorização do consumo como símbolo de *status* ou mesmo como sinônimo de felicidade. Esse tipo de ideologia tem como conseqüência uma baixa propensão a poupar dos tecnoburocratas.

9. Os capitalistas, tanto do Setor Tradicional quanto do Setor Moderno, não consomem bens básicos. Esta é evidentemente uma simplificação que só se justifica à medida que o número total de capitalistas é pequeno e que, portanto, sua participação no consumo total de bens básicos é tão pequena que pode ser considerada desprezível. Além disso, o consumo de bens básicos dos ricos, especialmente na área da alimentação, é de tal forma sofisticado que deixa de ser bem básico, para se transformar em bem de luxo. De qualquer forma, quando esses bens não são industrializados, o serviço a que estes bens são sujeitos por empregados domésticos, cozinheiros, garçons etc. é de tal forma elaborado que certamente o bem perde suas características essenciais de bem básico.

O lucro dos capitalistas, tanto do Setor Moderno quanto do Tradicional, é assim despendido em consumo de bens de luxo e investimento. A propensão a consumir bens de luxo por parte dos capitalistas de ambos os setores será designada por b , e a propensão a poupar por $(1 - b)$. Não há necessidade de fazer distinção entre os capitalistas do Setor Tradicional e do Moderno, embora os últimos devam ser em média muito mais ricos, já que controlam empresas muito maiores, do que os primeiros. Essa distinção não é necessária, porque, especialmente no Setor Moderno, já existe certo número de pequenos e médios capitalistas não-ativos, que vivem de juros e dividendos. Podemos, portanto, considerar a propensão média a poupar e a consumir de ambos os setores como equivalente. Nestes termos,

$$R = bR + (1 - b)R$$

em que

$$\begin{aligned} bR &= C_{VR} \text{ (Consumo dos capitalistas de bens de luxo)} \\ (1 - b)R &= I_R \text{ (Investimento ou poupança dos capitalistas)} \end{aligned}$$

Os pressupostos de 1 a 4 estabelecem as coordenadas básicas do modelo. Os pressupostos de 5 a 9 estabelecem as funções de compor-

tamento. Definem a demanda agregada e sua relação com a renda dos três agentes econômicos. Os dois últimos pressupostos que apresentaremos dizem respeito ao relacionamento entre os Setores Moderno e Tradicional e a oferta agregada.

10. O Setor Tradicional confunde-se com o departamento produtor de bens de consumo básico. Este pressuposto é um corolário de toda a discussão que realizamos no início deste trabalho sobre a conceituação histórico-estrutural dos dois setores da economia. Poderíamos, dentro do Setor Tradicional, fazer uma distinção entre a produção de bens agrícolas e extrativos, *A*, e a produção de bens e serviços não agrícolas, *H*. Esta distinção seria especialmente interessante se desejássemos utilizar estas variáveis para apresentar também o modelo de substituição de importações. Este, em sua primeira fase, limitou-se ao desenvolvimento das indústrias "tradicionais", produtoras de bens básicos, cuja importação era desta forma substituída. O modelo de substituição de importações, em sua forma básica, até o início dos anos cinquenta, é, portanto, uma continuação do modelo primário-exportador, à medida que implica em complementar o desenvolvimento do Setor Tradicional. Com a substituição de importações, a relação *H/A* aumenta, ao mesmo tempo em que diminui o coeficiente de importações. O desenvolvimento todo, porém, ocorre quase exclusivamente no âmbito do setor *D*. Este, portanto, compreende não apenas o setor agrícola de subsistência, *A₁*, o setor agrícola voltado para o mercado externo, *A₂*, como também o novo setor agrícola voltado para o mercado interno, *A₃*, e o novo setor industrial de bens de consumo básico, *H_D*, que se instala nos países subdesenvolvidos e especialmente latino-americanos, que passaram pelo processo de substituição de importações, na primeira metade deste século.

Temos, portanto, que o Setor Tradicional produz exclusivamente bens básicos de consumo

$$D = B$$

11. Por exclusão, nosso último pressuposto simplificador nos diz que o Setor Moderno compreende o departamento produtor de bens de consumo de luxo e o departamento de bens de capital.

$$M = V + J$$

Observe-se que a definição de dois setores, um moderno e outro tradicional, a utilização de três agentes econômicos com seus respectivos tipos de rendimentos, lucros, ordenados e salários, e a definição de três tipos de bens podem ser também consideradas pressupostos

estruturais do modelo. A importância de alguns desses pressupostos é essencial para o modelo. Se os mesmos não forem basicamente aceitáveis, ainda que a custo de certa simplificação da realidade, todo o modelo perde o sentido. Outros pressupostos são menos importantes. Facilitam o raciocínio econômico, mas poderão ser abandonados sem maior prejuízo para o modelo.

AS MATRIZES BÁSICAS DO MODELO

Estamos agora em condições de apresentar as matrizes básicas do modelo. Na Matriz 1, estamos interessados em classificar a demanda pelos diversos tipos de renda e pelo Governo, G, e pelas exportações, X. Para simplificar consideramos as rendas dos fatores já líquidas de todos os impostos inclusive os indiretos. A despesa do Governo adiciona-se, assim, às rendas (despesas) dos fatores na sua totalidade. Uma parte da demanda é constituída pelas exportações. Do lado da oferta, não distinguimos a produção interna das importações nesta matriz.

Matriz 1

		Demanda								
		^w D	^w M	^O D	^O M	^R D	^R M	G	X	
Oferta	D	B	^c BWD	^c BWM		^c BOM			^c BG	^x B
	M	V				^c VOM	^c VRD	^c VRM	^c VG	
		J				^I OM	^I RD	^I RM	^I G	

A Matriz *a* repete a Matriz 1, simplesmente atribuindo valores, em unidades monetárias, aos itens da despesa. Estes valores são meramente

Matriz 1a

		Demanda									
		^w D	^w M	^O D	^O M	^R D	^R M	G	X	Total	
Oferta	D	B	17	8		2			15	10	52
	M	V				15	15	20	20		70
		J				1	5	7	15		28
Total			17	8		18	20	27	50	10	150

exemplificativos e têm como objetivo dar uma noção sobre os volumes relativos dos diversos tipos de despesa, que poderiam ser considerados típicos em um país caracterizado pelo subdesenvolvimento industrializado.

Na Matriz 2 abandonamos a preocupação com os tipos de renda (salários, ordenados e lucros). Em compensação, adicionamos as importações de forma que podemos ter uma visão de como a oferta se divide entre bens de produção interna, N , e bens importados, Z . Em relação ao comércio exterior trabalhamos com três pressupostos:

1. As exportações são todas realizadas pelo departamento produtor de bens básicos de consumo. As exportações de manufaturados, portanto, que os países sob este modelo realizam são fundamentalmente exportações de bens manufaturados de consumo básico, com alto componente de mão-de-obra, ou então elaborações industriais simples de produtos primários, como tábuas de madeira, açúcar ou café solúvel.
2. Como segundo pressuposto relativo ao comércio exterior, temos o Setor Tradicional que não importa bens de consumo básicos, a não ser alguns bens intermediários, como fertilizantes e certos equipamentos agrícolas ainda não produzidos internamente. Estas importações, todavia, tendem a ser relativamente pequenas, e classificam-se como bens de capital. O grosso das importações, portanto, divide-se entre bens de consumo de luxo, inclusive os bens intermediários necessários para a produção dos mesmos, e bens de capital demandados principalmente pelo Setor Moderno.
3. Finalmente, o Governo importa apenas bens de capital.

Matriz 2

			Demanda				
			C_B	C_V	I	G	X
Oferta	D	B	C_{BN}			C_{BNG}	X_B
	M	V_N		C_{VN}		C_{VNG}	
		J_N			I_N	I_{NG}	
	Z	Z		C_{VZ}	I_Z	I_{ZG}	

Temos, portanto, as importações, Z , que são iguais a

$$Z = C_{VMZ} + I_Z + G_{JZ}$$

ou seja, as importações são iguais às importações de bens de consumo de luxo, mais as importações de bens de capital privadas e do Governo.

Através da Matriz 2 podemos definir o produto interno líquido mais precisamente do que nas primeiras equações. A título de simplificação a balança comercial é considerada equilibrada. Veremos, todavia, que na realidade ela tenderá a ser inicialmente deficitária, a fim de carrear poupança externa para o país.

$$Y = C_B + C_V + I + G + X - Z$$

Observe-se que a introdução das importações na Matriz 2 faz com que seja necessário alterar o valor da produção dos três departamentos produtivos, à medida que insumos importados de bens intermediários destinados à produção e utilização dos bens de luxo (inclusive o petróleo) e bens de capital importados complementam a produção nacional. A produção exclusivamente nacional é identificada pelo subscrito N .

Matriz 2a

		Demanda						
		C_B	C_V	I	G	X	Total	
Oferta	D	B	27			15	10	52
	M	V_N		47		20		67
		J_N			10	11		21
	Z	Z		3	3	4		10
	Total		27	50	13	50	10	150

O CRESCIMENTO DO SETOR TRADICIONAL

O Setor Tradicional tende a crescer a uma taxa consideravelmente inferior à taxa de crescimento do Setor Moderno. Para efeito do modelo

podemos admitir que o Setor Moderno emprega um terço da população, mas controla cerca de dois terços da renda. Nestes termos, a taxa inferior de crescimento do Setor Tradicional não tem uma influência decisiva na taxa geral de crescimento. Se supusermos que a economia como um todo cresce à taxa de 8%, e que o Setor Tradicional cresce à taxa de 4% (considerado o crescimento das exportações nessa taxa), bastará que o Setor Moderno cresça à taxa de 10% para que aquela taxa global se verifique.

O lento crescimento do Setor Tradicional é função da baixa taxa de crescimento da demanda de bens básicos de consumo. Se considerássemos apenas o mercado interno, este setor deveria crescer à mesma taxa de crescimento da população trabalhadora, admitida uma elasticidade-renda da procura de bens básicos pela classe trabalhadora de valor unitário. Realmente, a demanda de bens básicos de consumo depende fundamentalmente dos salários e apenas subsidiariamente dos ordenados.

$$C_B = W + O'$$

A taxa de salários é constante. Logo, o crescimento do total de salários é função exclusiva do aumento do emprego (que, por hipótese, estamos sempre considerando igual à taxa de crescimento da população). A procura de bens básicos pelos tecnoburocratas, O' , poderia fazer com que a procura de bens básicos pelo mercado interno crescesse a uma taxa superior à da população, dado que a taxa de ordenados é crescente. Entretanto, bastará supormos, muito razoavelmente, que a elasticidade-renda da procura de bens básicos de consumo pelos tecnoburocratas seja inferior a 1 para que as duas forças se compensem.

Se supusermos que a população cresce à taxa de 2,5%, a esta taxa deveria crescer o Setor Tradicional. O crescimento sugerido de 4% explica-se pelas exportações. Estas, dado seu papel de financiar as importações de bens de capital e de bens intermediários exigidos pelo Setor Moderno, devem crescer a uma taxa superior à taxa de crescimento da produção para o mercado interno do Setor Tradicional. No exemplo contido nas duas matrizes, crescendo a renda global a 8%, crescendo a 10% o Setor Moderno, e a 4% o Setor Tradicional, e, dentro deste último, crescendo a produção para o mercado interno a 2,5%, a taxa de crescimento das exportações deverá ser de 10% ao ano. Esta taxa de crescimento é igual à taxa de crescimento do Setor Moderno apenas por coincidência. É razoável, todavia, encontrar-se um valor próximo a esse. Ao contrário do que ocorria no modelo de substituição de importações, em que o coeficiente de importações tendia a reduzir-se, à medida que a economia voltava-se "para dentro", no mo-

delo de subdesenvolvimento industrializado, a economia volta-se "para fora", passa a participar ativamente do comércio internacional, e o coeficiente de importações, M/Y , volta a crescer. A taxa de crescimento das exportações deve, assim, ser superior à taxa de crescimento da economia.

É realmente difícil imaginar outra alternativa para manter o sistema dinâmico, dado o alto preço que ele deve pagar em divisas para reproduzir no país periférico os padrões de consumo sofisticados e diversificados dos países centrais. É preciso adquirir equipamentos especializados, que devem ser renovados sempre que o produto final é também modificado. É preciso importar matérias-primas e bens intermediários inexistentes no país, mas necessários para reprodução exata dos bens de consumo final existentes nos países centrais. Estas importações são necessárias no pressuposto de que os bens finais já foram substituídos. Se isto ainda não ocorreu integralmente será necessário importar os próprios bens finais de consumo de luxo, que as prósperas camadas médias tecnoburocráticas e a classe capitalista desejam consumir. E em qualquer hipótese será necessário aumentar constantemente as exportações para pagar os lucros, juros e *royalties*, que este tipo de desenvolvimento exige. Porque além da dependência tecnológica, este modelo implica em uma crescente dependência das poupanças externas, as quais devem ser financiadas pelo endividamento externo, e afinal terão de ser pagas pelas exportações.

A taxa de crescimento do Setor Tradicional seria, portanto, igual à taxa de crescimento da população, não fossem as exportações, à medida que o limite da taxa de crescimento da produção para o mercado interno do Setor Tradicional é dado pela constância da taxa de salários, que permanece aproximadamente ao nível de subsistência.

O limite do crescimento do Setor Tradicional é dado, portanto, pela demanda agregada interna de bens básicos e pelas importações.

Já o limite de crescimento do Setor Moderno é dado pela sua capacidade de acumulação de capital. Depende, portanto, da oferta agregada. Dada a capacidade de poupança e investimento da economia, determinada parcela, relativamente pequena, deve ser destinada à acumulação no Setor Tradicional. O resíduo poderá ser todo investido no Setor Moderno, sem limitações.

A limitação de investimento no Setor Tradicional deriva, como acabamos de ver, basicamente da baixa taxa de crescimento da procura agregada a que está sujeito. Esta limitação pode, todavia, ser também apreciada sob outro ângulo: o da dependência do Setor Tradicional em relação ao Setor Moderno. O Setor Tradicional vende para o Setor Moderno os bens de consumo correspondentes aos salários de sua classe trabalhadora, W_M , e a

parcela dos ordenados gasta em bens básicos, O' . A demanda de bens básicos pelo Setor Moderno, B_M , é assim

$$B_M = W_M + O'$$

Por sua vez, o Setor Moderno vende para o Setor Tradicional bens de consumo de luxo e bens de capital procurados pelos capitalistas do Setor Tradicional, ou seja, por todo o seu lucro, R_D :

$$(V + J)_D = R_D$$

Logo, os lucros dos capitalistas do Setor Tradicional crescerão, e a produção do Setor Tradicional crescerá até o ponto em que aqueles lucros se igualem à demanda de bens básicos pelo Setor Moderno

$$W_M + O' = R_D$$

O Setor Tradicional, portanto, é inteiramente dependente do Setor Moderno. O excedente produzido nesse setor, porém, não é gasto no próprio setor, mas no Setor Moderno. Para comprar bens de luxo ou para investir, os capitalistas do Setor Tradicional devem ir realizar suas compras no Setor Moderno. O potencial dinâmico do Setor Tradicional, que é seu excedente, é assim empregado na compra de bens no outro setor. E sua aplicação pode ser tanto feita no próprio Setor Tradicional quanto no Setor Moderno. Na verdade, não há nenhuma razão para distinguir socialmente os capitalistas de um e outro setor. São todos igualmente capitalistas. E muitos operam em ambos os setores. Os mais bem sucedidos no Setor Tradicional procuram transferir-se para o Setor Moderno.

Existe neste relacionamento entre o Setor Tradicional e o Moderno um curioso paralelo que existia, no plano internacional, na época do modelo primário-exportador, entre a metrópole e o país periférico. O excedente produzido neste era empregado pela oligarquia agrário-comercial na compra de bens importados.

Todo o excedente produzido no Setor Tradicional é apropriado pelos capitalistas desse setor e gasto em bens de consumo de luxo ou bens de capital produzidos no outro setor. Os bens de consumo de luxo são nestes termos consumidos pelo próprio Setor Tradicional. O mesmo, todavia, não é verdade para os investimentos. Estes podem ser aplicados pelos capitalistas do Setor Tradicional tanto em seu próprio setor quanto no Setor Moderno. Sua tendência, aliás, à medida que a taxa de lucro do Setor Tradicional é menor do que a do Moderno, e que a demanda daquele setor é limitada pelos fatores que já examinamos, é transferir recursos investíveis para o Setor Moderno. Todos os recursos, ou uma soma de recursos investíveis suficiente

para aumentar a oferta do Setor Moderno e reduzir relativamente a do Setor Tradicional, ao ponto de as taxas de lucros se equalizarem, não serão transferidos para o Setor Moderno devido à existência de fatores institucionais a impedir uma perfeita mobilidade do capital. Existe, todavia, mobilidade suficiente do capital no modelo para que uma parte dos capitalistas jogue em ambos os setores de acordo com as conveniências do momento.

Dada a relação produto-capital do Setor Tradicional, que deverá ser elevada, em função do caráter trabalho-intensivo da tecnologia agrícola e industrial empregada nesse setor, e dada a taxa de crescimento necessária para este setor, teremos o volume de investimentos necessários. Se admitirmos uma relação produto-capital, o , para o setor, igual a 0,6, e dada uma taxa de crescimento para o mesmo de 4%, a taxa de acumulação do capital no Setor Tradicional, utilizando-se a função Harrod-Domar, poderá ser de apenas 6,6%.¹⁹ O produto do Setor Tradicional, em nossas matrizes, é de 52. Logo, o investimento necessário no setor será de aproximadamente 3,6. Dada a poupança total dos capitalistas deste setor, que é igual a 5, 1,4 poderá ser desviado para o Setor Moderno.

O CRESCIMENTO DO SETOR MODERNO

O Setor Moderno não tem problemas de demanda a não ser conjunturais. Neste setor, dada a existência de ordenados crescentes da camada tecnoburocrática não há risco de superprodução, a não ser ciclicamente. Os aumentos de produtividade tendem a beneficiar capitalistas e tecnoburocratas, cujo poder de compra é suficiente para manter o Setor Moderno em pleno desenvolvimento (1974, p. 100). Todo o "segredo" do modelo está justamente em garantir a longo prazo que a oferta crie sua própria procura mediante o aumento, não apenas do volume dos lucros, mas também do total de ordenados.

Nestes termos o Setor Moderno tenderá a investir todo o resíduo investível, depois de satisfeitas as necessidades do Setor Tradicional. Com os valores de nossa matriz-exemplo em mente, temos que a poupança interna total da economia naquele ano, incluindo o Governo, é de 28, sendo 13 dos capitalistas e 15 do Governo. A poupança privada pode também ser dividida em 7 dos capitalistas do Setor Moderno, 5 dos capitalistas do Setor Tradicional e 1 dos tecnoburocratas. Dentro da hipótese de que o Governo investe apenas no Setor Moderno (embora consuma também no Setor Tradicional), o investimento total no Setor Moderno será de 26,6.

Dada uma relação produto-capital de 0,25 no Setor Tradicional, e dado o objetivo de crescimento de 8%, com recursos internos, a economia crescerá apenas 7,5%. Os 0,5 adicionais só poderão ocorrer com a aplicação de

poupanças totais de 32%. Dada a renda do Setor Moderno ser igual a 95, seriam necessárias 30,4 unidades monetárias. Como o setor interno já dispõe de 26,6, os 3,8 restantes deveriam ser cobertos pelo aumento do endividamento líquido (dívidas menos reservas internacionais).

Os números são utilizados aqui apenas como exemplos, que nos proporcionam ordens de grandeza. O que é preciso, todavia, enfatizar, no que diz respeito ao processo de acumulação no Setor Moderno, é que ele depende fundamentalmente da capacidade de investir da economia. Seu desenvolvimento não encontra limites em uma demanda insuficiente, já que ordenados em crescimento garantem a colocação no mercado dos bens de consumo de luxo produzidos. Já vimos que esse equilíbrio pode romper-se a curto prazo, devido a um processo de concentração de renda ainda mais acentuado do que o normal ocorrido durante a fase de auge do ciclo econômico. Mas o poder econômico e político dos tecnoburocratas tenderá a corrigir rapidamente este problema. Nestes termos, uma vez aproveitada a capacidade ociosa eventualmente existente na economia, o único limite para o desenvolvimento do Setor Moderno é a capacidade de acumular e investir deste setor.

A REMUNERAÇÃO DOS AGENTES DE PRODUÇÃO

A distribuição da renda, entre salários, ordenados e lucros depende do estoque de capital, do número de trabalhadores, tecnoburocratas e capitalistas e das respectivas taxas de salários, ordenados e lucros.

Definiremos como

$$w = \frac{W}{L_w}, \text{ a taxa de salários}$$

$$o = \frac{O}{L_o}, \text{ a taxa de ordenados}$$

$$r = \frac{R}{K}, \text{ a taxa de lucro}$$

$$m = \frac{R}{Y}, \text{ margem de lucro}$$

$$\sigma = \frac{Y}{K}, \text{ relação produto-capital}$$

$$e = \frac{E}{K}, \text{ taxa de excedente}$$

$$d = \frac{O + R}{W}, \text{ taxa de concentração da renda}$$

em que

L = nível de emprego

K = estoque de capital

E = excedente

A taxa de salários, w , pode variar a curto prazo, em função das variações na procura de trabalhadores (que depende basicamente da taxa de acumulação de capital, $\Delta K/Y$). No momento em que a acumulação capitalista cresce extraordinariamente, os salários tendem a aumentar, à medida que as fricções existentes no mercado de trabalho, a distribuição geográfica dos trabalhadores, suas diversas especialidades e o grau de marginalização de suas ocupações impedem um imediato afluxo ao mercado de trabalho do número de trabalhadores procurados. A longo prazo, porém, dada a oferta abundante de mão-de-obra subempregada, a taxa de salários tende a permanecer ao nível de subsistência.

A taxa de salários do Setor Moderno, w_M , tende a ser superior à do Setor Tradicional, w_D . Esta diferença reflete o custo de reprodução da mão-de-obra mais alto no Setor Moderno.

A taxa de salários, de acordo com este modelo, não é determinada pela produtividade marginal dos trabalhadores. A procura de trabalhadores está frouxamente relacionada com a produtividade marginal dos trabalhadores, dada a dificuldade em medir essa produtividade marginal, e com a ampla área cinzenta em que salário e produtividade marginal se aproximam. Dada a oferta ilimitada de trabalhadores, porém, o que realmente determina a taxa de salários é o custo social de reprodução da mão-de-obra. Esta situação poderia ser modificada, caso o poder de barganha dos trabalhadores fosse expressivo. Entretanto, nos países periféricos, salvo raras exceções, a oferta ilimitada de mão-de-obra e o caráter autoritário dos governos impedem qualquer organização sindical efetiva.²⁰

A taxa de ordenados, o , recebida pelos tecnoburocratas, é crescente, e representa a média de uma escala muito ampla de níveis de ordenados dos diversos escalões tecnoburocráticos. Em princípio, a oferta e a procura de tecnoburocratas determinaria o nível de ordenados dos diversos tipos de especialistas. Na verdade, porém, tanto a oferta quanto a procura dos mesmos é extremamente imprecisa, à medida que são trabalhadores improdutivos.

Não existe uma relação direta entre tecnoburocratas empregados e produção. O número de níveis hierárquicos e a amplitude de controle²¹ existentes nas empresas determinariam o número de administradores de linha neces-

sários. Há indicações, todavia, de que tanto os níveis hierárquicos se multiplicam como a amplitude de controle se reduz nas organizações, não em função das necessidades da produção, mas da necessidade de controle social dos trabalhadores.²² O número de técnicos e assessores, também, não tem nenhuma relação direta com a produção. Nesses termos, a procura de tecnoburocratas não pode ser determinada claramente em função do nível de renda ou de acumulação de capital. Existe, todavia, uma ideologia tecnoburocrática que afirma a "grande importância para as empresas e organizações de um número sempre maior de administradores, assessores e especialistas". Nestes termos, a procura de tecnoburocratas é sempre "grande". Por outro lado, os tecnoburocratas são também, e por definição, sempre "escassos" em relação a essa grande procura. Nestes termos, ideologia e economia se misturam para elevar a taxa de ordenados dos tecnoburocratas.

Em relação à taxa de lucros, temos duas hipóteses básicas. Em primeiro lugar a taxa de lucro do Setor Moderno, r_M , é superior à taxa de lucro do Setor Tradicional, r_D . Esta diferença de taxa de lucro reflete de um lado o maior grau de monopólio existente no Setor Moderno, e de outro o maior dinamismo desse setor. A primeira causa apontada (grau de monopólio) é óbvia, mas a segunda não o é. Poderíamos imaginar inversamente que é a maior taxa de lucro que determina o maior dinamismo das empresas do setor. Entendemos, todavia, que sob esse aspecto não existe uma relação unívoca de causa e efeito, mas uma relação circular, que só pode ser esclarecida em função de nossa segunda hipótese sobre a taxa de lucro no modelo que estamos examinando.

De acordo com essa segunda hipótese, a taxa de lucro nos sistemas tecnoburocráticos-capitalistas é o resultado relativamente planejado de um "acordo" entre tecnoburocratas e capitalistas. A taxa de lucro — do ponto de vista dos tecnoburocratas, que controlam o Governo, os órgãos de controle de preços e de política econômica — tem como função maximizar a taxa de desenvolvimento. A taxa geral de lucros "autorizada" deve ser, portanto, suficiente para estimular a rápida acumulação de capital. Nos setores que a política econômica privilegia como mais dinâmicos deve-se, portanto, aceitar uma taxa de lucros mais alta, não apenas estimulando mais o investimento nessa área, mas também possibilitando que a expansão se realize mais facilmente através do autofinanciamento ou reaplicação de lucros retidos.

O poder do Estado nacional tecnoburocrático-capitalista para presidir e pôr em execução esse acordo é indiscutível. Seu domínio sobre a economia é muito grande. Ele controla preços e salários administrativamente, manipula a taxa de juros e a taxa de câmbio, tem à sua disposição a política fiscal e monetária e todo o complexo sistema de planejamento do Estado. Além disso, sua capacidade de efetivar suas políticas é grande à medida que o Estado nacional tecnoburocrático-capitalista é responsável diretamente por

uma grande parte da renda e por mais de cinquenta por cento do investimento realizado anualmente. Além disso, o sistema financeiro a longo prazo é por ele diretamente controlado.

Isto não significa, naturalmente, que a taxa de lucro possa ser manipulada livremente pela tecnoburocracia estatal. Os capitalistas têm um poder próprio que é pelo menos tão grande quanto o dos tecnoburocratas neste tipo de formação social mista. A taxa de lucro, portanto, é determinada mediante um "acordo". Além disso, os instrumentos de controle dos tecnoburocratas não são tão fortes ao ponto de permitir uma definição precisa dessa taxa, que variará, portanto, de empresa para empresa, de setor para setor, em função também do grau de monopólio já referido e das condições conjunturais do mercado. O ciclo econômico, que absolutamente não é abolido nesse sistema, apesar da ideologia tecnoburocrática que frequentemente sugere que tal fato teria acontecido depois do aparecimento da teoria de Keynes e das técnicas de política e planejamento econômico, vai naturalmente continuar a influenciar a taxa de lucro.

À medida que, porém, admitamos, a longo prazo, e descontadas as variações conjunturais, a taxa de lucro do sistema é "planejada" ao invés de ser a taxa de lucro máxima que o mercado permitiria, e, à medida que esta taxa de lucro planejada tende a ser relativamente constante,²³ temos uma medida da participação dos lucros na renda.

A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Temos que $r = R/K$ é constante. Por outro lado, se admitirmos o pressuposto de que a relação produto-capital, $o = Y/K$, também é constante (pressuposto simplificador 3), temos que a margem de lucro sobre a renda, $m = R/Y$, que determina a participação dos lucros na renda, tem uma relação direta e proporcional com a taxa de lucro sobre o capital, $r = R/K$.

$$\text{se } \frac{\vec{Y}}{K}$$

$$\text{temos que } \frac{\vec{R}}{K} :: \frac{\vec{R}}{Y}$$

O volume global dos lucros e a participação na renda ou margem de lucro, R/Y , são portanto planejados, tendo a longo prazo uma tendência a ser constantes.

O volume global de salários, W , depende do número de trabalhadores e do custo de reprodução da mão-de-obra, $\bar{w}L$, dada a oferta ilimitada de trabalhadores.

$$W = \bar{w}L$$

Sendo a taxa de salários constante e a relação global Y/L (renda per capita) crescente, a participação dos trabalhadores na renda, W/Y , é necessariamente declinante:

$$\text{se } \frac{Y}{L} \nearrow, \bar{w}L = W$$

$$\text{temos que } \frac{W}{Y} \searrow$$

Temos assim os elementos essenciais para formular uma hipótese básica sobre a participação dos tecnoburocratas na renda, O/Y , e sobre a taxa de ordenados, O/L . À medida que a renda é igual à soma de lucros, salários e ordenados, e dado que a participação dos lucros na renda é constante a longo prazo, e a participação dos salários declinante, a participação dos ordenados deverá ser crescente. Os ordenados deverão crescer mais que proporcionalmente ao aumento da renda.²⁴

$$W + O + R = Y$$

$$\frac{W}{Y} \searrow; \frac{R}{Y}$$

Logo

$$\frac{O}{Y} \nearrow$$

Observe-se que esta hipótese da participação constante dos lucros na renda R/Y pode parecer surpreendente. À medida, porém, que a taxa de acumulação do setor privado também não está aumentando, ela é perfeitamente aceitável. Esta hipótese depende não apenas da constância da taxa de lucro, r , mas também da constância da relação produto-capital, ou seja, da pressuposição de um desenvolvimento tecnológico neutro, nos termos do modelo Harrod-Domar. Estas hipóteses parecem-nos também perfeitamente aceitáveis. Entretanto, é preciso esclarecer que em fases de grande prosperidade a participação dos capitalistas na renda deverá também aumentar, à medida que aumentam as margens de lucro. Apenas não nos parece razoável a hipótese de um aumento constante da margem de lucro. A longo prazo a hipótese da sua estabilidade nos parece mais condizente com as características do modelo que estamos analisando.

A participação dos trabalhadores na renda é declinante por duas razões: porque a taxa de salários, w , é constante, e porque a taxa de crescimento da população de trabalhadores, $\Delta L_w / L_w$, é menor do que a taxa de crescimento da renda $\Delta Y / Y$.

A participação dos tecnoburocratas na renda é crescente não apenas por uma necessidade lógica, já que a participação dos capitalistas é constante e a dos trabalhadores declinante. Há que considerar que a taxa de ordenados é crescente e o número de tecnoburocratas também o é. É difícil estabelecer a taxa provável de crescimento dos tecnoburocratas, mas é razoável admitir que ela seja maior do que a taxa de crescimento da população, à medida que ao crescimento demográfico da própria camada tecnoburocrática deve-se somar a ascensão de certa porcentagem de trabalhadores especialmente de filhos de trabalhadores ao estrato tecnoburocrático. O modelo admite, portanto, uma pequena mobilidade social através da qual trabalhadores vão sendo absorvidos pela camada tecnoburocrática, na medida das necessidades do sistema. Este aumento do número de tecnoburocratas somado à tendência crescente da taxa de ordenados leva a um rápido aumento do volume total de ordenados e a uma participação crescente dos ordenados na renda.

Neste modelo o volume total de ordenados pode ser considerado até certo ponto um "resíduo",²⁵ o qual será tanto maior quanto mais rápido for o crescimento da renda total. De fato, o total de salários é dado pela taxa constante de salários e pelo crescimento do emprego de trabalhadores, o qual tende a ser necessariamente menor do que o crescimento da renda, dado o pressuposto de que a produtividade está aumentando. O total dos lucros também é dado pela taxa constante de lucros e pelo estoque de capital, o qual se pressupõe crescer à mesma taxa de crescimento da renda. Nestes termos, apenas o total dos ordenados, O , tem plena liberdade para crescer. E nesta medida pode ser considerado um resíduo. Porque, quanto mais crescer a renda, mais crescerão os ordenados, e maior poderá ser o crescimento da taxa de ordenados.

Capitalistas e tecnoburocratas são, portanto, neste modelo, sócios do desenvolvimento. Aos primeiros, o aumento da renda permite maiores lucros, e continua a acumulação de capital. Os tecnoburocratas, por sua vez, verão sua taxa de ordenados e sua participação na renda crescerem tanto mais depressa quanto maior for o ritmo de crescimento do produto. Nestes termos, os tecnoburocratas são ainda mais interessados do que os próprios capitalistas na obtenção de taxas elevadas de crescimento da renda. Não é de estranhar, portanto, que sua ideologia esteja marcada fundamentalmente pelo desenvolvimentismo.²⁶

No nosso modelo, todo o excedente, ou seja, toda a produção que excede o consumo necessário, é apropriado pelos tecnoburocratas e pelos capitalistas. À medida que os capitalistas não consomem bens básicos, e

desprezando-se o consumo de bens básicos pelos tecnoburocratas, O' , temos o seguinte conceito de excedente,

$$E = O + R$$

Vimos que a taxa de lucro é constante. Entretanto, como a participação dos ordenados na renda, O/Y , é crescente, e como a taxa de crescimento dos ordenados, $\Delta O/O$, tende a ser maior que a taxa de crescimento do estoque de capital, $\Delta K/K$, a taxa de excedente, E/K , é crescente.

$$\frac{\vec{R}}{K} :: \frac{\vec{R}}{Y}$$

$$\frac{O \nearrow}{Y} ; \frac{O \nearrow}{K}$$

logo

$$\frac{E \nearrow}{K}$$

Da mesma forma, a taxa de concentração da renda, E/W tende a ser crescente.

$$\text{se } \frac{O \nearrow}{Y} ; \frac{\vec{R}}{Y} ; \frac{W}{Y} \searrow$$

logo

$$\frac{O + R \nearrow}{W} \text{ ou } \frac{E \nearrow}{W}$$

À medida que o excedente é empregado no consumo de bens de luxo e em investimentos, e que estes são produzidos pelo Setor Moderno e dinâmico da economia, esta concentração de renda e essa elevação da taxa de excedente são perfeitamente coerentes com o modelo que estamos analisando. Na verdade,

$$E = C_V + I$$

$$M = V + J$$

Logo, o Setor Moderno encarrega-se da produção do excedente, dada a hipótese de igualdade entre a oferta e a procura dos diversos tipos de bens.

$$E = M$$

Em contrapartida, temos que o Setor Tradicional encarrega-se da produção de bens básicos, B , a qual, desprezado O' , é igual aos salários.

$$D = B = W$$

À medida que a renda cresce, o consumo de bens de luxo e os investimentos crescem mais do que proporcionalmente. O Setor Moderno é portanto mais dinâmico do que o Setor Tradicional, e a tendência à concentração da renda está solidamente estabelecida no modelo

$$\frac{V + J \nearrow}{B} ; \frac{M \nearrow}{D} = \frac{E \nearrow}{W}$$

O limite desta tendência está no desaparecimento da oferta ilimitada de mão-de-obra e no aumento do poder de barganha dos trabalhadores. À medida, porém, que tecnologia empregada no Setor Moderno, onde grande parte da acumulação de capital ocorre, é altamente capital-intensiva, e que a taxa de crescimento da população na classe trabalhadora tende a permanecer elevada, a eliminação da oferta ilimitada de mão-de-obra tende a distanciar-se no tempo. A eventual permanência de taxas de crescimento da renda muito elevadas, porém, poderá determinar certo apressamento desse processo.

RELAÇÃO ENTRE ORDENADOS E LUCROS E O CICLO

Finalmente, no que diz respeito à distribuição da renda, devemos verificar a relação entre ordenados e lucros. Pela análise anterior, ficou claro que esta relação, O/R , tende a ser ligeiramente crescente, à medida que a taxa de crescimento dos ordenados tende a ser maior do que a taxa de crescimento da renda, enquanto a taxa de crescimento dos lucros tende a ser igual à taxa de crescimento da renda e do capital, dada a constância da relação produto-capital:

$$\frac{\Delta O}{O} > \frac{\Delta Y}{Y}$$

$$\frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta Y}{Y}$$

logo

$$\frac{O \nearrow}{R}$$

Esta tendência não apenas corresponde ao crescente poder de barganha dos tecnoburocratas no sistema e à transformação crescente dos capitalistas em capitalistas inativos, recebedores de juros e aluguéis, como também é coerente com o modelo baseado fundamentalmente na produção de bens de consumo de luxo. Os consumidores de bens de consumo de luxo por excelência são os tecnoburocratas, conforme podemos ver pela Matriz 1a. A dinâmica desse tipo de modelo, portanto, favorece o aumento da participação na renda dos tecnoburocratas.

Durante a fase de prosperidade do ciclo econômico, a taxa de lucro tende a crescer, em prejuízo dos ordenados. Os limites desta tendência, todavia, fazem-se logo sentir na forma de uma debilidade da demanda de bens de consumo de luxo, que obriga o restabelecimento do equilíbrio do sistema.

Não podemos, portanto, aceitar a afirmação de Celso Furtado em seu último e notável livro *O Mito do Desenvolvimento*, de que "os aumentos de produtividade, criados por economias internas ou externas, tendem a beneficiar exclusivamente os proprietários do capital e, dada a estrutura dos mercados, nada os pressionará a transferir os frutos do aumento da produtividade' aos consumidores, a minoria modernizada. Por outro lado, aumentar a taxa salarial .. ." (1974, p. 100). Esta afirmação é contraditória com toda a análise que o próprio Furtado desenvolve neste e em seu livro anterior, *Análise do Modelo Brasileiro*. Nessa passagem Furtado volta ao modelo clássico de opor simplesmente lucros a salários, ignorando os ordenados. Com isso sua análise não mantém coerência com passagens anteriores em que fala sobre o "aumento relativo do número de privilegiados nos países periféricos" (1974, p. 74). Além disso, fica sem sentido toda a estratégia de "desenvolvimento" adotada pelos países periféricos de reproduzir, para uma minoria, os padrões de consumo dos países centrais.

A não ser que queiramos restringir a minoria aos capitalistas. Mas esta hipótese também não é aceitável, já que toda a dinâmica do sistema está baseada na acumulação das grandes empresas estrangeiras e das grandes empresas públicas. Ora, nas primeiras, os capitalistas não estão presentes no país, e nas últimas não existem por definição. Restam apenas os capitalistas das empresas nacionais, mas o seu consumo obviamente não seria suficiente para dinamizar o sistema. Não podemos, portanto, explicar a dinâmica de um modelo baseado na reprodução, por uma minoria, dos padrões de consumo do centro, sem recorrer à crescente classe média que recebe ordenados nas grandes empresas estrangeiras e nacionais, públicas e privadas, no Governo, nas pequenas e médias empresas de serviços técnicos.

Poder-se-ia argumentar, todavia, que não seria necessária a hipótese de que a participação dos lucros na renda é estável, enquanto a dos ordenados seria crescente. Poderíamos imaginar uma participação crescente de lucros e

ordenados na renda, reduzindo-se a participação dos salários. Nas fases de prosperidade realmente é isso que ocorre. O sistema, porém, mantém seu caráter cíclico, e, nas fases de recessão, os lucros caem muito mais do que os ordenados. Por outro lado, para que a participação dos lucros na renda crescesse consistentemente, seria necessário que as margens de lucro crescessem também indefinidamente. Ora, esta hipótese não é aceitável nem lógica nem historicamente. O máximo que poderíamos admitir é que, em certas fases históricas, dado o crescimento do grau de monopólio, as margens de lucro e a participação dos lucros na renda podem crescer. Esta, porém, não parece ser uma característica da fase histórica dos países periféricos que estamos tentando reduzir a um modelo através desta análise.

Não estará, todavia, excluído um aumento da participação dos lucros na renda no momento em que a economia, encontrando limites nesse tipo de crescimento baseado nos bens de consumo duráveis, se volte para a produção de bens de capital. Desde que seja o capital privado, e não o público, que se dedique à produção de bens de capital, esse movimento seria compatível com um aumento das margens de lucro, da taxa de poupança e da participação dos lucros na renda. Nestas condições que representam uma importante modificação no modelo, a participação dos ordenados na renda poderia estagnar, enquanto cresceria a participação dos lucros. O único obstáculo a este tipo de nova situação seria o poder de barganha dos tecnoburocratas.

A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Devemos, agora examinar mais detidamente o processo de acumulação de capital em nosso modelo. A rigor, toda a análise até agora realizada está centralizada no processo de acumulação, à medida que a dinâmica de qualquer processo de desenvolvimento dele depende fundamentalmente. E é justamente aqui que surge um primeiro problema. Esta economia, que depende da taxa de poupança e investimento para continuar a crescer, não está orientada para a poupança, mas para o consumo. A reprodução dos padrões de consumo da metrópole é a lei básica do sistema, que de uma forma ou de outra condiciona as demais variáveis.

Esta contradição, porém, não chega a se constituir em um problema grave, desde que o nível de poupança potencial da economia seja adequado. Kalecki demonstrou que são os investimentos que determinam os lucros, e não vice-versa. Keynes adotou um ponto de vista similar ao fazer a poupança depender dos investimentos. Com esta posição paralela, os dois grandes economistas romperam com a tradição neoclássica, que fazia os investimentos dependerem da poupança. Conforme observou Kalecki, o capitalista não pode

decidir quanto será seu lucro, mas tem plena decisão sobre o volume de seu investimento (1968, p. 46). Investindo mais a renda crescerá, via multiplicador, e os lucros e a poupança acompanharão o crescimento da renda.

A capacidade de poupança, ou seja, a capacidade de produzir um excedente e de reservar a maior parte dele para o investimento, continua, obviamente, essencial para a dinâmica do sistema. O nível de poupança potencial ou capacidade de poupança da economia, que é determinado pela renda por habitante, por sua distribuição entre capitalistas, tecnoburocratas, trabalhadores e Governo, e pelos hábitos de consumo da população, não deverá ser inferior a certa taxa mínima. Por exemplo, para que a economia cresça a uma taxa de 7% ao ano, com um crescimento da população de 2,5%, e, portanto, com um crescimento da renda por habitante de 4,5%, a taxa de poupança deverá ser de 14 a 21%, dada uma relação produto-capital que varie entre $1/3$ e $1/2$.

Entretanto, esta capacidade de poupança só se realiza efetivamente através do investimento. Se as empresas e o Governo decidem investir menos, a renda reduzir-se-á através do mecanismo do multiplicador, e a poupança *ex-post* diminuirá proporcionalmente. Nestes termos, a curto prazo, a cada momento na economia, o importante é a decisão de investir. Uma vez deslanchado o processo de acumulação capitalista, o desenvolvimento, a poupança e os lucros seguem-se automaticamente.

Contudo, se o sistema depender da decisão de investir dos capitalistas para se manter dinâmico, ele correrá amplos riscos. O Setor Moderno possui uma estrutura de mercado oligopolística. E a decisão de investir da empresa oligopolística depende não apenas das taxas de lucro previstas, mas também da estimativa que é feita sobre o provável volume de investimento dos outros concorrentes. Se o oligopolista sente que a economia está entrando em recessão, e que os outros concorrentes estão reduzindo suas inversões, ele também reduz imediatamente as suas, a não ser que disponha de uma inovação tecnológica que lhe assegure altos lucros mesmo em uma situação de retração da demanda.

Neste momento, porém, o papel do Governo é fundamental. Controlando mais de 50% do investimento anual, ele não tende a recuar ao primeiro sinal de recessão. Continua a investir, e estabelece estímulos para o investimento do setor privado — estímulos fiscais, estímulos creditícios. Com isso, a taxa de acumulação se mantém em nível elevado, e a fase depressiva do ciclo econômico pode ser superada.

É fácil compreender que nesse processo o papel do sistema financeiro privado de transferir as poupanças para o investimento, de permitir a separação entre capitalistas inativos e capitalistas ativos ou empresários é reduzido. Em nossa matriz, a área em que atua o sistema financeiro privado é inferior à poupança dos tecnoburocratas e dos capitalistas, dos lucros dos capitalistas,

além de seu consumo de bens de luxo, ainda é preciso deduzir os lucros retidos, que constituem o autofinanciamento, não passando pelo mercado financeiro. A taxa de autofinanciamento é provavelmente elevada. As poupanças dos tecnoburocratas, por sua vez, são pequenas, desde que consideremos casa própria como bem de consumo. É perfeitamente compreensível, portanto, que o sistema financeiro privado seja pouco expressivo neste sistema, e que o papel de financiar a longo prazo as empresas, além de seus próprios lucros, caiba ao Governo ou então ao capital externo.

Ao Governo e ao capital estrangeiro cabe também, neste modelo, o papel de aumentar a taxa de poupança e de acumulação do sistema. O setor privado nacional, à medida que é vítima da contradição entre a necessidade de acumular cada vez mais, e o fato de que o elemento dinamizador do modelo é o consumo de bens de luxo, não tem condições de aumentar significativamente a taxa de acumulação. Esta, todavia, tende a crescer durante algum tempo graças às poupanças do Governo e à transferência de poupança externa através de investimento das multinacionais e de endividamento externo.

CONCLUSÃO

Pretendemos ter definido neste trabalho algumas das características essenciais do modelo de subdesenvolvimento industrializado. Através da análise das diversas variáveis e de como elas se inter-relacionam esperamos ter demonstrado que se trata de um modelo dotado de forte coerência interna. A concentração da renda e a marginalização do Setor Tradicional tendem a se compatibilizar com o equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas. Neste trabalho não discutimos os limites deste modelo. Este tipo de análise está reservado para o trabalho mais amplo, que estamos realizando, sobre a economia política do subdesenvolvimento industrializado. Podemos adiantar, todavia, que os limites deste modelo são essencialmente políticos. Querer encontrar limites estritamente econômicos para este tipo perverso de desenvolvimento será provavelmente uma tarefa com poucas perspectivas de êxito.

NOTAS

- (1) Este modelo aplica-se, portanto, aos países que já passaram por um processo de industrialização por substituição de importações. Se quiséssemos trabalhar com datas que sirvam como pontos de referência, poderíamos dizer que os países latino-americanos teriam passado por um modelo de desenvolvimento primário-exportador durante o Século XIX e as três primeiras décadas deste século. Durante os anos trinta e quarenta temos o modelo de substituição de importações,

que durante os anos cinquenta começa a dar lugar ao modelo de subdesenvolvimento industrializado, que é objeto deste trabalho.

- (2) O caso exemplar deste modelo de desenvolvimento e subdesenvolvimento é o brasileiro. Entretanto, com as devidas adaptações, este modelo provavelmente se aplica a grande número de países em que estas cinco condicionantes básicas estejam conjugadas de alguma forma. Este é o caso de muitos países latino-americanos, embora devamos salientar que, especialmente no caso da Argentina, do Uruguai e do Chile, o pressuposto de "oferta ilimitada de trabalho" não é válido, exigindo adaptações importantes no modelo.
- (3) Sobre o modo asiático de produção ver Karl Marx (1971, p. 433 a 479), Hobsbawn (1971), CERM (1969), Samir Amin (1974), *Premières Sodétés de Classes et Mode de Production Asiatique* (1967), Roger Bartra (1969), Tragtemberg (1974).
- (4) Para uma análise da emergência das tecnoburocracias civis e militares no mundo contemporâneo, ver Luiz C. Bresser Pereira (1972, b).
- (5) A análise deste modelo de desenvolvimento vem sendo realizada pelos economistas latino-americanos há já alguns anos. Para uma bibliografia extremamente resumida cabe aqui citar Aníbal Pinto (1970, 1971), Antônio Barros de Castro (1969), Maria Conceição Tavares e José Serra (1971), Luiz C. Bresser Pereira (1970, 1972, a), Celso Furtado (1972, 1974), Pedro Malan e John Wells (1972), Francisco de Oliveira (1972), Paul Singer (1972), Edmar Bacha (1973 a e b), Fernando Henrique Cardoso (1974).
- (6) Para uma discussão sobre o conceito de marginalidade, ver os trabalhos recentes de Kowarick (1972 e 1974) e Berlinck (1974). Ver também a análise de Francisco Oliveira (1972) sobre o "inchamento" do setor terciário neste tipo de modelo e a sua funcionalidade no processo de acumulação de capital.
- (7) Para uma análise do surgimento desta classe média no Brasil, consultar Luiz C. Bresser Pereira (1962), *The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil*. Este trabalho foi posteriormente publicado como o terceiro capítulo de Luiz C. Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968).
- (8) A bibliografia sobre o populismo no Brasil é extensa. Ver especialmente Francisco C. Weffort (1965 e 1966), Hélio Jaguaribe (1958), Guerreiro Ramos (1961, cap. IV), Octávio Ianni (1971), Fernando Henrique Cardoso (1971) e Gláucio Dillon Soares (1973). Sobre a emergência do industrialismo desenvolvimentista no quadro do populismo, ver Luiz C. Bresser Pereira (1963) e (1968, cap. V).
- (9) Temos defendido em outros trabalhos esta tese (cf. Bresser Pereira, 1972, a, e 1972, b). Verificamos agora que esta posição também está sendo defendida por Celso Furtado em seu último livro (1974, p. 61). Os cientistas sociais de esquerda vão assim perdendo o "bloqueio mental" que os impedia de visualizar uma camada tecnoburocrática autônoma. Fernando Henrique Cardoso, em um trabalho recente (1974, p. 55) chama este grupo "burguesia de Estado". A expressão, porém, parece-me pouco adequada. Para que uma violência desta com as palavras? O próprio autor, em um trabalho pioneiro (1970, p. 135) usou, com muito maior precisão e clareza, a mesma expressão que adotamos: "tecnoburocratas", ou seja, técnicos e burocratas com pretensões a diversos níveis e áreas de competência técnico-profissional. O importante, em qualquer hipótese, é reconhecer a total impossibilidade de analisar as sociedades capitalistas modernas, sem abrir lugar para uma camada social tecnoburocrática relativamente autônoma. Este reconhecimento é feito explicitamente pelos dois notáveis cientistas sociais citados.

- (10) A distinção entre o "velho" imperialismo e o "novo" imperialismo foi realizada especialmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1970, p. 125 a 129). Ver também Fernando Henrique Cardoso (1972, cap. IX, *Imperialismo e Dependência na América Latina*).
- (11) Sobre a concepção de um capitalismo industrial tradicional no Brasil, ver Fernando Henrique Cardoso (1964, cap. III e IV), Luiz Pereira (1965, p. 120), Juarez Brandão Lopes (1967) e Luiz C. Bresser Pereira (1974).
- (12) Este trabalho, embora tenha sido muito criticado, constitui efetivamente a base de toda a revisão do pensamento latino-americano sobre seu próprio estilo de desenvolvimento.
- (13) Este trabalho de Aníbal Pinto e o *Estudo Econômico para a América Latina*, 1968, da CEPAL, por ele orientado, constituem provavelmente as duas primeiras contribuições específicas para a análise do modelo que estamos examinando.
- (14) O rendimento poderá voltar a ser economicamente significativo, exigindo tratamento explícito da teoria econômica, à medida que os recursos naturais se tornam escassos e que a remuneração daqueles que o detêm aumente muito fortemente, como aconteceu recentemente com o petróleo.
- (15) Camada social é um tipo de estrato social menos rígido do que o de classe social. Enquanto este, em sua forma originária, está diretamente ligado à propriedade ou não-propriedade dos meios de produção, no quadro do sistema capitalista clássico, a camada social depende fundamentalmente da educação e da profissão. Para uma discussão do assunto, ver Bresser Pereira (1974, p. 88 a 103). As camadas sociais tendem a substituir as classes sociais nas formações sociais tecnoburocráticas. Já estão presentes, todavia, nas formações sociais capitalistas sob influência do modo de produção tecnoburocrático em emergência.
- (16) Sobre o fator estratégico de produção ver Galbraith (1968). É essencial incluir como fator estratégico de produção não apenas o conhecimento técnico mas também o organizacional, ou seja, a capacidade de administrar organizações burocráticas (Bresser Pereira, 1972, b, cap. I, 2).
- (17) Para os efeitos desta análise não interessa distinguir entre despesa (conceito contábil *ex-post*) e demanda (conceito econômico *ex-ante*).
- (18) Convém observar que a constância da taxa de salário ao nível de subsistência não é uma característica essencial do modelo. A taxa de salário poderá crescer a longo prazo, sem que o modelo se desfigure. O essencial é que o crescimento da taxa de salários seja menor do que o crescimento da produtividade. Desta forma continuará a ocorrer concentração de renda, característica essencial do modelo.
- (19) $I/Y = \frac{\Delta Y}{Y} / \sigma = 0,04 : 0,6 = 0,066$ ou 6,6%
- (20) A Argentina não se enquadra nesse tipo de situação inclusive porque não possui oferta ilimitada de mão-de-obra.
- (21) Entendemos por amplitude de controle o número médio de subordinados de um administrador.
- (22) Segundo Gintis (1972, p. 15 a 19): "Experiências recentes em controle de trabalhadores e investigações em psicologia industrial social mostravam muito conclusivamente que a ordem burocrática não é eficiente sob o ponto de vista de minimização de custos, desempenho dos operários e satisfação no trabalho ... Tarefas burocratizadas e rotinizadas não derivam da natureza da 'tecnologia', mas das necessidades do controle centralizado ... Portanto, eficiência, em sentido amplo, é subordinada às necessidades do controle burocrático".

- (23) A hipótese de que as taxas de salários e de lucros são constantes é consistente com o modelo apenas se considerarmos o Setor Moderno e o Tradicional isoladamente. Considerados em conjunto, dadas taxas maiores de lucros e de salários e maior dinamismo no primeiro, tanto a taxa global de salários quanto a de lucros tenderão a ser ligeiramente crescentes. O funcionamento básico do modelo, entretanto, permanece o mesmo. Devo esta observação a Celso Furtado.
- (24) Paul Singer, examinando os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao 4º trimestre de 1972, verificou que os indivíduos no Brasil que recebem renda superior a 10 salários mínimos constituem 3,2% da população. Destes, 51,9% são assalariados (recebem ordenados de acordo com a terminologia que adotamos). Com base nestes e nos demais dados de seu levantamento, Paul Singer conclui: "Com o desaparecimento paulatino do empregador-proprietário das áreas mais avançadas da economia, seu lugar está sendo progressivamente ocupado pelo gerente assalariado não só na estrutura produtiva mas também na pirâmide de distribuição de renda" (1975, pg. 12).
- (25) Em uma primeira versão deste trabalho não esclareci adequadamente este caráter residual dos ordenados. Isto deu motivo a um comentário muito justificado de Francisco Oliveira, segundo o qual fica contraditório considerar os ordenados como resíduo e ao mesmo tempo como elemento dinamizador do sistema através da demanda de bens de consumo de luxo. O caráter "residual" dos ordenados deve ser entendido não em termos passivos, mas dentro da perspectiva de que, dadas certas condicionantes que definem os lucros e os salários, os tecnoburocratas têm condições de se apropriar de todo o restante, o qual será tanto maior quanto maior for a renda.
- (26) Sobre a ideologia tecnoburocrática e sua ênfase na tese do fim da ideologia, ao mesmo tempo em que afirma como valores positivos o desenvolvimentismo, a eficiência e a segurança, subordinando todos os demais valores, inclusive a liberdade, a justiça e a igualdade de oportunidades à realização prévia do desenvolvimento, ver Luiz C. Bresser Pereira (1968, parte I, cap. VII).

BIBLIOGRAFIA

- Amin, Samir - *Sobre el Desarrollo Desigual de las Formaciones Sociales*, Editorial (1974) Anagrama, Barcelona (traduzido do italiano, 1972).
- Bacha, Edmar — *The Unequalizing Spiral: a First Growth Model for Belindia*, mimeo (1973, a) grafado, Brasília.
- Bacha, Edmar - *Hierarquia e Remuneração Gerencial*, em "Estudos Econômicos", (1974) vol. 4 nº 1, janeiro-maio, 1974.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre - *Japão: o Capital se Faz em Casa*, Paz e Terra, (1973) Rio de Janeiro.
- Batra, Roger (organizador) - *El Modo de Produccion Asiático*, Ediciones Era, México (1969) xico.
- Berlinck, Manoel - *A Vida como ela é*, Campinas, mimeografado. (1974)
- Bresser Pereira, Luiz C. - *O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira*, em "Revista de Administração de Empresas", nº 8, julho-setembro, 1963.

- Bresser Pereira, Luiz C. - *A Distribuição de Renda e a Recuperação da Economia* (1970) *Brasileira*, in Visão, novembro, 1970.
- Bresser Pereira, Luiz C. - *O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento*, publicado (1972, a) na 3ª edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil.*, Editora Brasiliense, São Paulo, (primeira edição, Zahar Editores, 1968, Rio de Janeiro).
- Bresser Pereira, Luiz C. - *Tecnoburocracia e Contestação*, Editora Vozes, Petrópolis. (1972, b)
- Bresser Pereira, Luiz C. - *O Modelo Harrod-Domar e a Substituíbilidade de Fatores*, (1973, a) Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, mimeografado.
- Bresser Pereira, Luiz C. — *A Estratégia Brasileira de Desenvolvimento*, Departamento (1973, b) de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, mimeografado.
- Bresser Pereira, Luiz C. - *Empresários e Administradores no Brasil*, Editora Brasiliense, (1974, a) São Paulo.
- Cardoso, Fernando Henrique - *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, (1964) Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto - *Dependência e Desenvolvimento na* (1970) *América Latina*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Cardoso, Fernando Henrique - *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, (1971) Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Cardoso, Fernando Henrique - *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*, Difusão (1972) Européia do Livro, São Paulo.
- Cardoso, Fernando Henrique — *As Contradições do Desenvolvimento Associado*, em (1974) Estudos CEBRAP, nº 8, abril-junho, 1974.
- Castro, Antônio Barros, de — *Agricultura, Emprego e Desequilíbrios Regionais e* (1969) *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*, em *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*, Editora Forense, Rio de Janeiro.
- CERM - Sur le "*Mode de Production Asiatique*", Centre d'Études et de Recherches (1969) Marxistes, Editions Sociales, Paris.
- CERM — Sur les *Sociétés Précapitalistes, textes choisis de Marx, Engels, Lenine*, Centre (1973) d'Études et de Recherches Marxistes, Editions Sociales, Paris.
- Furtado, Celso - *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. (1966)
- Furtado, Celso - *Análise do "Modelo Brasileiro"*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. (1972)
- Furtado, Celso - *O Mito do Desenvolvimento*, Paz e Terra, Rio de Janeiro. (1974)
- Galbraith, John Kenneth - *O Novo Estado Industrial*, Editora Civilização Brasileira, (1968) Rio de Janeiro (primeira edição norte-americana, 1967).
- Guerreiro Ramos, Alberto - *O Problema Nacional do Brasil*, Editora Saga, Rio de Janeiro. (1960)
- Guerreiro Ramos, Alberto — *A Crise do Poder no Brasil*, Zahar Editores, Rio de Janeiro. (1961)
- Harrod, Roy F. - *An Essay in Dynamic Theory*, em "The Economic Journal", (1939) n.º XLIX, março, 1939.
- Harrod, Roy F. - *Dynamic Economics*, Macmillan, Londres, (1ª edição: 1948).. (1966)
- Ianni, Octávio — *O Colapso do Populismo no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, (1971) Rio de Janeiro, 2ª edição.

- Jaguaribe, Hélio — *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de (1958) Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro.
- Kalecki, Michal — *Theory of Economic Dynamics*, Monthly Review Press, Nova (1968) Iorque.
- Kalecki, Michal - *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*, Cam- (1971) bridge University Press, Cambridge.
- Kowarick, Lúcio - *Marginalidade Urbana e Desenvolvimento: Aspectos Teóricos do* (1972) *Problema na América Latina*, São Paulo, mimeografado.
- Kowarick, Lúcio — *Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América* (1974) *Latina: uma Contribuição Teórica*, em Estudos CEBRAP, n° 8, abril-junho, 1974.
- Malan, Pedro e John Wells - *Furtado, Celso - Análise do Modelo Brasileiro*, em (1972) *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. II, n° 2, dezembro, 1972.
- Marx, Karl — *Elementos Fundamentales para la Critica de lá Economia Política* (borrador (1971) 1957-58, traduzido do alemão *Grundrisse der Kritik der Politischen Oko- nomie*, Siglo XXI Argentina Editores, Buenos Aires.
- Marx, Karl e Eric Hobsbawn (prefaciador) - *Formaciones Econômicas Precapitalistas*, (1971) Cuadernos de Passado y Presente, Córdoba.
- Oliveira, Francisco de - *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, em Estudos (1972) CEBRAP n° 2, outubro, 1972.
- Pereira, Luiz - *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, Difusão Européia do Livro, (1965) São Paulo.
- Pinto, Aníbal — *Naturaleza e Implicaciones de la "Heterogeneidad Estructural" de la* (1970) *América Latina*, em *El Trimestre Econômico*, vol. XXXVII, n° 145, janeiro- março, 1970.
- Pinto, Aníbal — *El Modelo de Desarrollo-Reciente de la América Latina*, em *El Tri-* (1971) *mestre Econômico*, vol. XXXVIII, n° 150, abril-junho, 1971.
- Premières Sociétés de Classe et Mode de Production Asiatique* - *Recherches Interna-* (1967) *cionales à la Lumière du Marxisme*, n° 57-58, janeiro-abril, 1967.
- Sunkel, Oswaldo — *Capitalismo Transnacional y Desintegración Nacional*, em *Estudios* (1971) *Internacionales*, ano IV, n° 16, janeiro-março, 1971.
- Tavares, Maria Conceição e José Serra - *Mas Allá del Estancamiento: una Discussion* (1971) *sobre el Estilo de Desarrollo Reciente*, em *El Trimestre Econômico*, vol. XXXIII, n° 152, outubro-dezembro, 1971. Publicado em português em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*.
- Tavares, Maria Conceição - *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Finan-* (1972) *ceiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Tavares, Maria Conceição — *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, versão (1974) preliminar xerografada, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- Tragtemberg, Maurício - *Burocracia e Ideologia*, Editora Ática, São Paulo. (1974)
- Weffort, Francisco C. - *Política de Massas*, em *Política e Revolução Social no Brasil*, (1965) Octávio Ianni e outros, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Weffort, Francisco C. - *Estado e Massas no Brasil*, in *Revista Civilização Brasileira*, (1966) ano I, n9 7, maio, 1966.
- Wells, John - *Euro-Dólares, Dívida Externa e o Milagre Brasileiro*, em Estudos CEBRAP, (1973) 6, outubro-dezembro, 1973.